

COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 5.8.2011

C(2011) 5737 final

DECISÃO DA COMISSÃO

de 5.8.2011

que altera a Decisão C(2007) 5325 que adopta o Programa Operacional Pró-Emprego de intervenções comunitárias do Fundo Social Europeu a título do Objectivo da Convergência na região dos Açores em Portugal

CCI 2007 PT 051 PO 001

(Apenas faz fé o texto em língua portuguesa)

DECISÃO DA COMISSÃO**de 5.8.2011**

que altera a Decisão C(2007) 5325 que adopta o Programa Operacional Pró-Emprego de intervenções comunitárias do Fundo Social Europeu a título do Objectivo da Convergência na região dos Açores em Portugal

CCI 2007 PT 051 PO 001**(Apenas faz fé o texto em língua portuguesa)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999¹, nomeadamente o artigo 33.º, n.º 2,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 11 de Janeiro de 2011, Portugal introduziu, através do sistema informático de intercâmbio de dados com a Comissão, um pedido de alteração do Programa Operacional Pró-Emprego de intervenções comunitárias do Fundo Social Europeu a título do Objectivo da Convergência na região dos Açores em Portugal, adoptado pela Decisão C(2007) 5325 da Comissão, de 26 de Outubro de 2007.
- (2) A alteração proposta do programa operacional justifica-se tendo em conta a necessidade de reforçar financeiramente o eixo II – Assistência Técnica, para garantir o bom funcionamento da estrutura de assistência técnica, nomeadamente das responsabilidades de acompanhamento, controlo e comunicação.
- (3) Nos termos do artigo 65.º, alínea g), do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, por procedimento escrito, em 24 de Novembro de 2010, o comité de acompanhamento examinou e aprovou a proposta de alteração do conteúdo da Decisão C(2007) 5325, em especial no que diz respeito ao seu plano de financiamento.
- (4) É, portanto, necessário alterar a Decisão C(2007) 5325 em conformidade,

¹ JO L 210 de 31.7.2006, p. 25. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1989/2006 (JO L 411 de 30.12.2006, p. 6).

3

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão C(2007)5325 é alterada do seguinte modo:

(1) O artigo 3.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º»

1. O montante máximo da intervenção do Fundo Social Europeu atribuído à região dos Açores a título do programa operacional, calculado em referência às despesas públicas elegíveis, é fixado em 190 000 000 euros e a taxa máxima de co-financiamento é fixada em 83,94 %.
2. A participação nacional é fixada em 36 352 942 euros, podendo ser parcialmente obtida através de empréstimos comunitários do Banco Europeu de Investimento e outros instrumentos, não estando, contudo, previstos tais empréstimos.
3. No âmbito do programa operacional referido no n.º 1, o montante máximo da intervenção e a taxa máxima de co-financiamento para cada eixo prioritário serão fixados no segundo e terceiro parágrafos do presente número.

A taxa máxima de co-financiamento para o eixo prioritário 1 é fixada em 85 % e o montante máximo de apoio do FSE para esse eixo prioritário, calculado em referência ao total das despesas públicas elegíveis, é fixado em 189 000 000 euros.

A taxa máxima de co-financiamento para o eixo prioritário 2 é fixada em 25 % e o montante máximo de apoio do FSE para esse eixo prioritário, calculado em referência ao total das despesas públicas elegíveis, é fixado em 1 000 000 euros.

4. O plano de financiamento correspondente consta do anexo II.»

(2) O anexo II é substituído pelo texto do anexo II da presente decisão.

Artigo 2.º

Nos termos do artigo 56.º, n.º 3, segundo parágrafo, do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as novas despesas resultantes das alterações referidas no artigo 1.º da presente decisão são elegíveis a partir de 11 de Janeiro de 2011.

Artigo 3.º

A República Portuguesa é a destinatária da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 5.8.2011

Pela Comissão
Johannes HAHN
Membro da Comissão

CÓPIA AUTENTICADA
Pela Secretária-Geral,

Jordi AYET PUIGARNAU
Director da Secretaria

ANEXO I

Programa operacional

ANEXO II

Plano de financiamento alterado

1. Plano Financeiro do PO por ano para

Convergência	Fundo Estrutural (FSE)
2007	25.557.272
2008	26.068.417
2009	26.589.765
2010	27.121.581
2011	27.664.013
2012	28.217.293
2013	28.781.839
Total Geral	196.006.000

(em euros)

2. Plano Financeiro do PO por prioridade para

(em euros)

Convergência							
Eixos Prioritários	Fundo	Expresso em	Comunitário	Nacional público	Privado nacional	Total	Taxa de co-financiamento (%)
1	2	3	4	5	6	7 = 4 + 5 + 6	8 = 4 / 7 (%)
EP1: Qualificação do Capital Humano, do Emprego e da Iniciativa para a Competitividade Regional	FSE	P	189.000.000	33.352.942		222.352.942	85,00%
EP2: Assistência Técnica	FSE	P	1.000.000	3.000.000		4.000.000	25,00%
Total			190.000.000	36.352.942		226.352.942	83,94%
							40.000.000

(*) A taxa exata usada para reembolso dos pagamentos é o rácio entre o financiamento comunitário e o financiamento total.
 (**) BEI e outros fundos só a título informativo

3. Autoridades

Autoridade de gestão					
Nome	Endereço	Contacto	Telefone	Fax	E-mail
Autoridade de Gestão (a designar)					

Autoridade de certificação					
Nome	Endereço	Contacto	Telefone	Fax	E-mail
IGFSF					

Autoridade de fiscalização					
Nome	Endereço	Contacto	Telefone	Fax	E-mail
IGF					

4. Repartição Indicativa da participação dos Fundos por categoria

(em euros)

Temas Prioritários			Montante
Código	Descrição		
04	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços de I&DT em centros de investigação)		5.000.000
05	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais		5.000.000
09	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito empresarial nas PME		25.000.000
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC pelas PME		3.000.000
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços para os empregados		31.500.000
63	Concepção e divulgação de tomadas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho		2.000.000
64	Desenvolvimento de serviços especiais de emprego, formação e apoio, em relação com a reestruturação sectorial...		4.000.000
66	Implementação de medidas preventivas e activas no mercado de trabalho		9.000.000
68	Apoio ao emprego independente e criação de empresas		1.000.000
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação e o progresso sustentável das mulheres...		3.000.000
70	Ações específicas para fomentar a participação dos migrantes no emprego...		2.000.000
71	Vias de integração e reentrada no emprego para as pessoas em desvantagem..		26.350.000

Temas Prioritários		
Código	Descrição	Montante
72	Concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de educação e formação...	10.000.000
73	Medidas para fomentar a participação na educação e formação ao longo da vida...	45.500.000
74	Desenvolver o potencial humano no domínio da investigação e inovação, em particular graças aos estudos de pós-graduação...	15.700.000
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção.	500.000
86	Avaliação e estudos, Informação e comunicação	500.000
Total		190.000.000

Modalidades de financiamento		
Código	Descrição	Montante
01	Ajuda não reembolsável	190.000.000
Total		190.000.000

Território		
Código	Descrição	Montante
07	Região periférica	190.000.000
Total		190.000.000

5. Regiões abrangidas:

Código	Descrição
PT2	Região Autónoma dos Açores

6. Afectação

Objectivo Convergência		
Código	Temas Prioritários	Parte da categoria no total comunitário atribuído a este objectivo (%)
		Montante comunitário atribuído à categoria

Objectivo Convergência	Código	Temas Prioritários	Montante comunitário atribuído à categoria	Parte da categoria no total comunitário atribuído a este objectivo (%)
	Subtotal	Investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT), inovação e espírito empresarial	35 000 000	18,42%
	04	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços de I&DT em centros de investigação)	5 000 000	2,63%
	05	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	5 000 000	2,63%
	09	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito empresarial nas PME	25 000 000	13,16%
	Subtotal	Sociedade da informação	3 000 000	1,58%
	15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC pelas PME	3 000 000	1,58%
	Subtotal	Fomentar a adaptabilidade de trabalhadores, empresas e empresários	37 500 000	19,74%
	62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços para os empregados...	31 500 000	16,59%
	63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	2 000 000	1,05%
	64	Desenvolvimento de serviços especiais de emprego, formação e apoio, em relação com a reestruturação sazonal	4 000 000	2,11%
	Subtotal	Fomentar o acesso ao emprego e a sustentabilidade	15 000 000	7,89%
	66	Implementação de medidas preventivas e activas no mercado de trabalho	9 000 000	4,74%
	68	Apoio ao emprego independente e criação de empresas	1 000 000	0,53%
	69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação e o progresso sustentável das mulheres...	3 000 000	1,58%
	70	Ações específicas para fomentar a participação dos migrantes no emprego...	2 000 000	1,05%
	Subtotal	Fomentar a inclusão social dos mais desfavorecidos	26 300 000	13,84%
	71	Vias de integração e reentrada no emprego para as pessoas em desvantagem...	26 300 000	13,84%
	Subtotal	Fomentar o capital humano	72 200 000	38,00%
	72	Concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de educação e formação...	10 000 000	5,26%
	73	Medidas para fomentar a participação na educação e formação ao longo da vida...	46 500 000	24,47%
	74	Desenvolver o potencial humano no domínio da investigação e inovação, em particular graças aos estudos de pós-graduação...	15 700 000	8,26%
	Participação financeira comunitária total para as categorias afectadas		189 000 000	99,47%
	Participação financeira comunitária total para Objectivo Convergência		190 000 000	100,00%

7. Lista Indicativa dos Principais Projectos

8. Documentos de apoio

Título	Tipo	Lingua	Data do	Data de envio	Registo na Comissão N.º	Referência Local
Programa Operacional Pro-Emprego -1ª alteração Dezembro 2010	Proposta oficial de Programa Operacional	Português	06/12/2010			
Soma de controlo do Documento	3172e11e 33424164 70c06e73 055c7ab8 f51edf5c 3850ce1c 2a91c657 a0e6a203 f477ddae d0c3460e 73c0dbf6c 28d130ed f288f087 16ddab3d 5282c094 2c7e284d					

Soma de controlo de todos os dados estruturados:

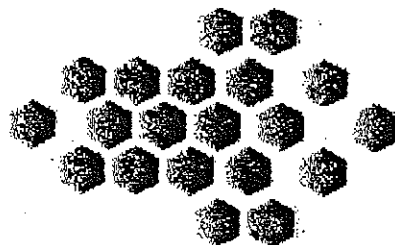
6a88485c 761ae0a3 5af0a79c c324923e 55a85a2c f2b7f5d8 57418908 0852f02b
 ebb7c35e 224b72b5 2f7b1604 1b41f09a 3d1db8cf f4b3d0d3 0273550e 4182993d

72

Ref: Ares(2011)818602 - 27/07/2011



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social
Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor



PROEMPREGO

PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

EIXO II – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PROGRAMA OPERACIONAL	Objectivo: I
	Zona Elegível: Açores
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa: (CCI) 2007 PT 051 PO 001
	Designação do programa: Programa Operacional do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores - PRO-EMPREGO
REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	Ano: 2010
	Data de aprovação da reprogramação financeira pelo comité de acompanhamento: 24-11-2010

44

EIXO II – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

O PRO-EMPREGO, aprovado por decisão da Comissão em 26 de Outubro de 2007, contempla no seu Eixo II uma dotação financeira de 1.176.471€, sendo a componente FSE (85%) de 1.000.000€ e a Contribuição Pública Nacional (15%), assegurada pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores, de 176.471€.

Face à diversidade de despesas necessárias ao bom funcionamento da estrutura de apoio técnico ao PO, designadamente as incorridas com a contratação dos seus recursos humanos, as deslocações e estadias para efeitos de acompanhamento e verificações no local, acções de divulgação, avaliação do PO, adaptação e manutenção do sistema de informação, entre outras, constata-se que a dotação é manifestamente insuficiente para assegurar o período de 2007-2013.

Assim, até à presente data, a taxa de aprovação relativamente ao Eixo, é de 103,8%, faltando ainda os anos de 2011 a 2013. Acresce referir que aquele valor apenas respeita despesas de 2009 e 2010.

Tendo em consideração o acima exposto, e a fim de fazer face à despesas a suportar a partir de 2011, propomos uma reprogramação financeira, que consiste apenas na alteração da taxa de co-financiamento do FSE, que passará de 85% para 25%, permitindo assim uma dotação global do Eixo, de 4.000.000€, conforme quadro abaixo reproduzido.

Mais se informa que não há qualquer outra alteração ao texto da decisão.

Quadro 2: Plano de Financiamento do PRO-EMPREGO
Financiamento (MIS) SE, Contratação Nacional e Fontes de Financiamento (Euros)

Fontes de Financiamento		Financiamento Público	Financiamento Nacional	Financiamento Privado	Financiamento Total	Taxa de Juros	Contribuição SEF	Capital de Financiamento
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	(5) = (1) / (4)	(6)	(7)
Projeto de Financiamento do PRO-EMPREGO para a implementação da iniciativa para a criação de emprego	Capital humano do Projeto e da iniciativa para a criação de emprego	120.000.000	38.352.942	0	228.352.942	93,04%	0	10.000.000
	Valor aprovado	1.000.000	76.377	0	1.076.377	45,00%	0	0
	Valor aprovado	1.000.000	76.377	0	1.076.377	45,00%	0	0
	Valor aprovado	1.000.000	76.377	0	1.076.377	45,00%	0	0
Total		120.000.000	38.352.942	0	228.352.942	93,04%	0	10.000.000

2010-12-06

O GESTOR DO PRO-EMPREGO

Rui Leite de Bettencourt